

Os Percursos para a Construção de um Concelho Educador

João Romão & Bravo Nico

Introdução

“O direito a uma cidade educadora é proposto como uma extensão do direito fundamental de todos os indivíduos à educação. A cidade educadora renova permanentemente o seu compromisso em formar nos aspetos, os mais diversos, os seus habitantes ao longo da vida ...” (Carta de Princípios das Cidades Educadoras).

Nesta linha de pensamento, as cidades e os territórios subscritores assumem este princípio como uma prioridade política para a sua intervenção em matéria sócioeducativa, operacionalizando-o com base em articulações estabelecidas com o tecido empresarial, associações, instituições sociais, culturais e desportivas do concelho, através do estabelecimento de parcerias dinâmicas e estáveis, e no princípio da subsidiariedade, que prevê a cooperação e partilha de tarefas e responsabilidades.

Cabe aos subscritores exercer com eficácia as competências que lhes cabem em matéria de educação, e, indo mais além, desenvolver uma política educativa ampla, com carácter transversal e inovadora, compreendendo todas as modalidades de educação formal, não formal e informal, assim como as diferentes manifestações culturais, fontes de informação e vias de descoberta da realidade que se produzam na cidade/território, o que vai ao encontro do pensamento de Carvalho (2003: 15) quando refere que *“na relação comunidade e educação, o potencial que o património proporciona é transformado em capital educativo”*. Neste contexto, educar, sendo uma tarefa da alçada da escola e da família, é antes de mais, uma responsabilidade da sociedade no seu todo, considerando o contexto situacional, tanto espacial, como temporal.

Metodologia

O nosso trabalho será um estudo de caso, que pretende compreender problemas específicos em profundidade, um fenómeno em particular e o seu contexto. O estudo de caso é entendido como uma abordagem empírica que *“investiga um fenómeno atual no seu contexto real, quando os limites e entre determinados fenómenos e o seu contexto não são claramente evidentes; e no qual são utilizadas muitas fontes de dados”* (Yin, 1988, cit Hermano e Ferreira, 1998: 216).

O estudo de caso que iremos adotar será conduzido por duas perspetivas: qualitativas e quantitativas. Segundo Bruyn (1991: 212), *“bien qu'elle soit souvent de nature qualitative, dans la collecte et le traitement des données, elle peut aussi se centrer sur l'examen de certaines propriétés spécifiques, et de leurs variations, et recourir à des méthodes quantitatives”*. De acordo com Bassey (1981, cit. Bell, 2004: 23), este método tem o mérito de *“considerar até que ponto os pormenores são suficientes e apropriados para um professor que trabalhe numa situação semelhante, de forma a poder relacionar a sua tomada de posição com a descrita no estudo”*.

O estudo de caso apresenta como vantagens o contacto direto com a realidade, a possibilidade de constituir a base para uma tomada de decisões, impulsionando assim a ação, no nosso caso, a promoção de parcerias entre as instituições, diversificação da oferta formativa, melhoria na qualidade de ensino no concelho de Viana do Alentejo. Esta situação posiciona-se, a nosso ver, no seguinte enquadramento: *"o método de estudo de caso particular é especialmente indicado para investigadores isolados, dado que proporciona oportunidade para estudar, de uma forma mais ou menos aprofundada, um determinado aspeto de um problema em pouco tempo - embora alguns estudos sejam desenvolvidos durante um período longo"* (Bell, 2004: 23).

Identificação do problema/Questão de partida

A nossa investigação iniciou-se a partir da identificação do problema: *"De que forma é que a existência de ambientes de aprendizagem não formal e informal no território/comunidade pode enquadrar e reforçar as aprendizagens formais, a relação com a escola e o desenho e promoção de políticas educativas locais?"*.

O nosso estudo tem como linha de rumo a seguinte questão de partida: ***uma carta educativa, do concelho de Viana do Alentejo, que contemple todos os contextos de aprendizagem existentes no território (formais e não-formais), que contributo disponibilizará para a oferta de qualificação e que parcerias promoverá para essa oferta?***

Pretende-se apresentar a pergunta de forma precisa, de modo a poder ser facilmente compreendida da mesma maneira por todos os sujeitos e, ao mesmo tempo, estabelecer o fio condutor do tema de toda a nossa investigação.

Objetivos da investigação

Os objetivos do nosso estudo são:

- i) Identificar o universo de instituições existentes no concelho de Viana do Alentejo;
- ii) Caracterizar o universo das instituições com carácter educativo em cada freguesia, tendo em atenção a existência de ambientes estruturados de aprendizagem, formais, não formais e informais;
- iii) Identificar todos os contextos de aprendizagem existentes nas instituições do concelho de Viana do Alentejo;
- iv) Caracterizar todos os contextos de aprendizagem existentes nas instituições do concelho de Viana do Alentejo;
- v) Avaliar das potencialidades educativas do conjunto de instituições e respetivas atividades do concelho de Viana do Alentejo;
- vi) Promover o conhecimento mútuo entre as instituições com potencialidades educativas e os Agrupamentos de Escolas existentes, tendo em vista o aperfeiçoamento do Projeto Educativo Local e da rede de oferta formativa do concelho de Viana do Alentejo;
- vii) Contribuir com os dados da investigação para a reelaboração e redimensionamento da Carta Educativa do concelho de Viana do Alentejo;
- ix) Suscitar a candidatura do concelho de Viana do Alentejo a Concelho/Território Educador.

Resultados da pesquisa

Após a recolha dos dados, relativa às atividades que envolveram aprendizagens nas instituições durante o ano de 2008 e 2009, procedeu-se ao respetivo tratamento informático.

Depois dos inquéritos realizados e feita a sua compilação, procedeu-se ao tratamento, sendo os dados convertidos em tabelas e elaboradas as respetivas análises descritivas. Nos dados quantitativos, como foi o nosso caso, as tabelas permitiram ainda facilitar o estudo, a comparação e a análise.

Distribuição das Instituições Identificadas e Inquiridas por Freguesia

Com o intuito de identificar todos os contextos de aprendizagens existentes, organizadas e disponibilizadas pelas instituições do concelho de Viana do Alentejo, no período de 2008 e 2009, realizámos antecipadamente o recenseamento institucional, considerando-se para o efeito instituição toda a pessoa coletiva, juridicamente constituída e institucionalmente ativa. A organização deste baseou-se na recolha de informação junto das seguintes instituições: Câmara Municipal de Viana do Alentejo, Juntas de Freguesia do concelho, Governo Civil de Évora e Instituto Português da Juventude.

Tabela 1 - Distribuição das instituições identificadas e inquiridas por freguesia

Freguesias	Instituições identificadas	Instituições inquiridas	Frequência relativa das instituições inquiridas por freguesia
Aguiar	38	11,2	100,0
Alcáçovas	136	4,9	95,5
Viana do Alentejo	173	2,7	93,0
Totais	347	7,3	94,8

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2010-11)

De acordo com a tabela 1, das 347 instituições identificadas, foram inquiridas 329, o que corresponde a 94,8% do total. Todas as instituições identificadas foram convidadas a participar no estudo, contudo cerca de 5%, entendeu não participar. Das instituições participantes, obtivemos um retorno de 100% nos inquéritos distribuídos, consequência da "administração directa" dado que foram preferencialmente, os próprios inquiridos a preenchê-lo na nossa presença, de modo a proceder a eventuais esclarecimentos, sem no entanto interferir nas respostas dos nossos interlocutores.

O Universo das Aprendizagens Institucionais

Identificadas e caracterizadas as instituições que constituíam a nossa amostra, procedemos à identificação dos ambientes estruturados de aprendizagem, à caracterização dos ambientes de grupos existentes e à identificação de futuras situações de parcerias educativas. A informação recolhida encontra-se expressa na tabela seguinte.

Tabela 2 - O universo das aprendizagens institucionais

Freguesias	Frequência	
	Absoluta (n.º)	Relativa (%)
Aguiar	89	10,2
Alcáçovas	330	37,8
Viana do Alentejo	453	52,0
Totais	872	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2010-11)

De acordo com a informação contida na tabela 2, todas as instituições desenvolveram no último ano atividades que envolveram aprendizagens. Estes projetos têm em conta a existência de ambientes estruturados de aprendizagem, formais e não formais e informais e decorrem nas três freguesias do

concelho: Aguiar, 89 episódios de aprendizagem (10,2%), Alcáçovas, 330 episódios de aprendizagem (37,8%) e Viana do Alentejo, 453 episódios de aprendizagem (52%).

Os Objetivos das Aprendizagens Institucionais

Quando inquiridos sobre os objetivos das aprendizagens, os responsáveis pelas instituições referiram o seguinte:

Tabela 3 – Objetivos das aprendizagens institucionais

Objetivos da atividade	Frequência	
	Absoluta (n.º)	Relativa (%)
Modernização da própria instituição	844	37,7
Formação do pessoal da instituição	454	20,3
Desenvolvimento local	347	15,5
Formação profissional	190	8,5
Caráter lúdico / recreativo	105	4,7
Promoção da cultura	81	3,6
Promoção do apoio social	80	3,6
Promoção da informação	76	3,4
Formação escolar	21	0,9
Outros objetivos	17	0,7
Mudança de atividade	15	0,7
Formação profissional e escolar	9	0,4
Totais	2239	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2010-11)

Pela análise da informação contida na tabela 3, podemos concluir que a realização das aprendizagens institucionais visa a prossecução dos mais variados objetivos: modernização da própria instituição (37,7%), formação do pessoal da instituição (20,3%), desenvolvimento local (15,5%), formação profissional (8,5%), caráter lúdico e recreativo (4,7%), promoção da cultura (3,6%), promoção do apoio social (3,6%), promoção da informação (3,4%), formação escolar (0,9%), mudança de atividade e formação profissional e escolar (0,7%).

Área de Atividade Económica das Instituições

Para sistematizar a informação relativa à área de atividade económica das instituições recorreremos à Classificação Portuguesa de Atividades Económicas, regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro, conforme se apresenta a seguir:

Tabela 4 – Área de atividade económica das instituições

Área de atividade económica	Frequência	
	Absoluta (n.º)	Relativa (%)
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	19	5,8
Indústrias transformadoras	27	8,2
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	6	1,8
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	1	0,3
Construção	14	4,3
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	87	26,4
Transportes e armazenagem	9	2,7
Alojamento, restauração e similares	69	21,0
Atividades financeiras e de seguros	13	4,0
Atividades imobiliárias	1	0,3
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	2	0,6
Administração Pública e defesa; segurança social obrigatória	8	2,4
Educação	3	0,9
Atividades de saúde humana e apoio social	11	3,3
Atividades Artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	19	5,8
Outras atividades e serviços	40	12,2
Totais	329	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2010-11)

A maioria das instituições (47,4%) situa-se nas áreas de atividade económica - comércio por grosso e a retalho (26,4%) e alojamento, restauração e similares (21,0%) - e assumem uma grande dinâmica económica na vida do concelho.

A área de atividade económica relacionada com o setor secundário, em particular as pequenas indústrias transformadoras, representa 8,2% do nosso universo; a área de atividade económica relacionada com o setor primário, nomeadamente as que se dedicam à agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca representam 5,8%.

Assume relevância a área de atividade económica relacionada com as atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas, a qual representa 5,8%, incluindo-se nesta situação as associações e os clubes e grupos desportivos.

Área de Atividade das Aprendizagens que Gostava / Necessitava de Realizar

Quando inquiridos sobre a área de atividade das aprendizagens que gostavam/necessitavam de realizar, obtivemos a informação que a seguir se apresenta:

Tabela 5 - Área de atividade das aprendizagens que gostava/necessitava de realizar

Aprendizagens que gostava/necessitava de realizar: área de actividade	Frequência	
	Absoluta (n.º)	Relativa (%)
Cultural	26	6,3
Educacional	64	15,6
Social	33	8,0
Religiosa	5	1,2
Comercial	129	31,5
Industrial	50	12,3
Desportiva	12	2,9
Recreativa/lazer	33	8,0
Agrícola	15	3,7
Associativismo	11	2,7
Serviços	23	5,6
Outra	9	2,2
Totais	410	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2010-11)

Pela análise da informação apresentada na tabela 5 podemos verificar que a área de atividade das aprendizagens que necessita de realizar está diretamente relacionada com a área de atividade económica realizada. Pretende-se, desta forma, um enriquecimento das aprendizagens pessoais e, paralelamente, a modernização da própria instituição.

Área de Atividade das Aprendizagens que Poderia Disponibilizar para Outros Indivíduos, Instituições

A disponibilização para outras instituições e pessoas das aprendizagens realizadas ao longo da vida e especificamente com a atividade realizada, mereceu a seguinte distribuição:

Tabela 6 – Área de atividade das aprendizagens que poderia disponibilizar para outros indivíduos/instituições

Disponibilização da aprendizagem: área de atividade	Frequência	
	Absoluta (n.º)	Relativa (%)
Cultural	30	6,4
Educacional	90	19,1
Social	37	7,9
Religiosa	8	1,7
Comercial	145	30,8
Industrial	56	11,9
Desportiva	13	2,8
Recreativa/lazer	39	8,3
Agrícola	21	4,4
Associativismo	10	2,1
Serviços	21	4,4
Outra	1	,2
Totais	471	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2010-11)

Pela análise da informação apresentada na tabela 6 podemos concluir que a área de atividade das aprendizagens que se pode disponibilizar para outros indivíduos ou instituições está diretamente relacionada com a área de atividade económica realizada. Aspeto importante a ter em atenção prende-se com o facto do número de referências recolhidas nesta variável ser ligeiramente superior ao número de referências recolhidas na variável sobre as aprendizagens que necessitava de realizar.

A Participação no Âmbito das Redes de Educação / Formação no Concelho (Histórico)

Para o nosso estudo importa identificar em que medida tem existido participação das instituições no mundo da educação e da formação. Essa informação encontra-se organizada na tabela seguinte.

Tabela 7 - Participação no âmbito das redes de educação/formação

Participação no âmbito das redes de educação/formação	Frequência	
	Absoluta (n.º)	Relativa (%)
Conselho Municipal de Educação	7	20,0
Assembleia de Escola	6	17,1
Conselho Geral	7	20,0
Conselho Local Ação Social	7	20,0
Conselho Municipal da Juventude	3	8,6
Comissão Proteção Crianças e Jovens	5	14,3
Outra Participação	0	0,0
Totais	35	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2010-11)

Foram recolhidas trinta e cinco referências sobre a participação das instituições do nosso estudo, no âmbito das redes de educação /formação, e todas elas se referem à representação nos diferentes órgãos assinalados na tabela acima. Algumas das instituições fazem-se representar em mais de um órgão.

Estabelecimento Parcerias: Área de Atividade

Para o quotidiano das instituições o estabelecimento de parcerias assume especial importância, tendo em vista o alargar de horizontes e o desenvolvimento da instituição.

Tabela 8 - Estabelecimento parcerias: área de atividade

Estabelecimento parcerias: área de atividade	Frequência	
	Absoluta (n.º)	Relativa (%)
Cultural	24	6,8
Educacional	113	32,1
Social	38	10,8
Religiosa	6	1,8
Comercial	62	17,6
Industrial	27	7,7
Desportiva	19	5,4
Recreativa/lazer	32	9,0
Agrícola	10	2,8
Associativismo	5	1,4
Serviços	13	3,7
Outra	3	0,9
Totais	352	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2010-11)

De acordo com a informação contida na tabela 8, as instituições assumem preferir formalizar parcerias no âmbito das redes de educação/formação (32,1%). As parcerias educativas poderão assim, face à crescente complexidade da missão dos sistemas educativos, aliviar a responsabilidade que a sociedade atribui à escola na educação/formação dos seus alunos e potenciar a qualidade das aprendizagens.

Por outro lado, podemos constatar que uma assinalável quantidade de instituições pretende estabelecer parcerias na área de atividade que desenvolve, como forma de se expandir e criar rede.

Disponibilidade para Cooperar com as Instituições Escolares/Formação (Dimensão)

Inquiridas as instituições sobre o interesse na formação de parcerias educativas e na definição de caminhos conjuntos que possam ser percorridos nesse projeto de parcerias as instituições indicaram o seguinte:

Tabela 9 - Disponibilidade para cooperar com as instituições escolares/formação: área de atividade:

Disponibilidade para cooperar com as instituições escolares/formação: área de atividade:	Frequência	
	Absoluta (n.º)	Relativa (%)
Desenvolvimento do currículo	274	51,6
Componente funcional do currículo	23	4,3
Estágio profissional	108	20,3
Formação profissional	81	15,3
Cedência de instalações e equipamentos	25	4,7
Serviço comunitário/estatuto do aluno	19	3,6
Outra	1	0,2
Totais	531	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2010-11)

A leitura da informação anterior, permite-nos concluir que as instituições que manifestaram a sua disponibilidade em promover parcerias educativas identificaram as seguintes áreas: desenvolvimento do currículo (51,6%), estágio profissional (20,3%), formação profissional (15,3%), cedência de instalações e equipamentos (4,7%), componente funcional do currículo para os alunos integrados no ensino especial (4,3%) e serviço comunitário/cívico destinado aos alunos em incumprimento do estatuto de aluno (3,6%).

Princípios Organizadores para a Construção de um Concelho Educador

O percurso a seguir deve levar-nos a refletir nas potencialidades educativas de um determinado território e a apontar um caminho paralelo no desenvolvimento do processo de aprendizagem das pessoas que aí vivem.

Esta é uma realidade onde os conceitos de educação, aprendizagem e parceria poucas vezes se cruzam, todavia, uma vez potenciadas podem ser determinantes para o desenvolvimento e progresso desses territórios. Deste modo, o desenvolvimento perspectiva-se como um processo educativo a nível local, colocando a tónica nos processos de aprendizagem e implicando o envolvimento e a participação dos cidadãos aí residentes, como atores positivos na resolução dos problemas da sua comunidade. Como refere Canário (1997: 67), *"fazer da educação um eixo estruturante do desenvolvimento local e transformar o desenvolvimento local num processo educativo são duas faces de políticas integradas de desenvolvimento, referidas a um território encarado como espaço físico, social e cultural"*.

- i) Conhecer e caracterizar a realidade sócioeconómica e demográfica da área geográfica do território;
- ii) conhecer e caracterizar as instituições existentes;
- iii) identificar e caracterizar os ambientes de aprendizagem;
- iv) procurar nesta realidade parcerias (ou convivências educativas), para o desenvolvimento de projetos;
- v) desenvolver em cada empresa ou instituição o seu projeto educativo em articulação com o Conselho Municipal de Educação;
- vi) promover, de forma sistémica, a procura de novos recursos, novas energias e outros ambientes de aprendizagem, que possam potenciar a ação educativa da escola e traçar as bases para um novo paradigma de Carta Educativa;
- vii) entre todos, definir um caminho, tendo em vista o sucesso educativo, pessoal e profissional das pessoas do território/concelho.

Conclusão

Esta investigação revela-nos que as instituições do concelho de Viana do Alentejo enfrentam um caminho paralelo no desenvolvimento do processo de aprendizagem, uma vez que:

- existe um enorme potencial educativo nas instituições relativas à nossa amostra, sendo um fator potenciador das aprendizagens existentes e gerador de novas ofertas educativas;
- as instituições, além de já promoverem parcerias para a prossecução das suas atividades que envolvem aprendizagens com outras entidades, mostraram-se bastante recetivas em estabelecer novas parcerias na área da educação;
- foram encontradas possíveis direções a percorrer num projeto comum de parcerias entre a maioria dessas instituições e os Agrupamentos de Escolas, sempre numa perspetiva reforçadora das aprendizagens.

Os caminhos que aqui apontamos procuram, na comunidade, através da aproximação de recursos e pessoas, um tempo educativo de excelência: a entreadjudada em torno do processo de ensino/aprendizagem, criando assim ambientes escolares mais sólidos e mais amplos geograficamente.

Referências Bibliográficas

- Bell, J. (2004). *Como realizar um projeto de investigação*. Lisboa: Edições Gradiva.
- Bernet, J. (1993). *Otras educaciones*. Barcelona: Editorial Anthropos.
- Bruyn et al. (1991). *Dynamique de la recherche en sciences sociales*. Vendôme: Presses Universitaires de France.
- Canário, B. (1995). *Partenariado local e mudança educativa*. Lisboa: Inovação.
- Canário, R. (1997). "Educação e Perspectivas de Desenvolvimento no Interior". In *debates da presidência da república - perspectivas de desenvolvimento no interior*. 31-45. Lisboa: INCM.
- Canário, R. & D'Espiney, R. (1994). *Uma escola em mudança com a comunidade*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Carmo, H. & Ferreira, M. (1998). *Metodologia para a investigação, guia para a auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Carvalho, A. (2003). "Carta de Princípios de uma cidade educadora". In *A página da educação*. Ano 12, nº129.
- Davies, D. (1994). Parcerias, pais-comunidade-escola. Três mensagens para professores e decisores políticos. *Inovação*.
- Marques, M. (2000). O partenariado na escola. *Cadernos de Organização e Gestão Escolar* nº 5. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Nico, B. (Org.) (2008). *Aprendizagens do Interior: Reflexões e Fragmentos*. Mangualde: Edições Pedagogo.
- Nico, B. (Org.) (2011). *Arqueologia das aprendizagens em Alandroal*. Mangualde: Edições Pedagogo.